

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 167/168 CURITIBA, SEGUNDA/TERÇA-FEIRA, EM 12/13 DE NOVEMBRO DE 2001 ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 042ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE OUTUBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Valdir Rossoni.

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademair Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 3806

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 12.11.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3806, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 067/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 324/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação do artigo 1º da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1.996. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 209/2000

Curitiba, 25 de outubro de 2000.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 167/2000, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 324/99, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação aos artigos 1º e 4º, da Lei nº 11.500, de 05 de agosto de 1996.

Os dispositivos cuja modificação pretende o projeto de lei ora vetado, tratam da concessão de gratificação pro-labore aos servidores das Instituições de Ensino Superior - IES, pela prestação de serviços e produção de bens a terceiros.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, porque, não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso I e II, da Constituição Estadual, onde está reservado ao governador do Estado o início do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico e aumento de remuneração. Ainda pelo fato de que, deixando aberto o percentual da

gratificação a que se refere, implicará em aumento não previsível da despesa pública, o que afronta os artigos 133 e seguintes da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 324/99, encontra-se publicado no DA nº 116/2000, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 067/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 324/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação do artigo 1º, *caput*, da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996.

Chama esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 03/2001, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria dos deputados Geraldo Cartário e Luiz Carlos Martins, que cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária - Funcor. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 277/2000

Curitiba, 29 de outubro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 303/2000, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 404/2000, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo criar o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - Funcor, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições contidas no parágrafo 3º do artigo 3º, no inciso II do artigo 4º, nos incisos IV e V do artigo 5º, no artigo 6º com seus incisos, alíneas e parágrafos e no parágrafo único do artigo 8º.

O parágrafo 3º, do artigo 3º, foi vetado em razão de conflito entre suas disposições e as do parágrafo único, do artigo.

A negativa de sanção ao inciso II, do artigo 4º, deve-se ao fato de o Código Brasileiro de Trânsito disciplinar (artigo 320) de forma mais ampla e abrangente a utilização de recursos provenientes de multas, sendo impossível restringi-la, porque estar-se-ia afrontando a Lei Federal.

Os incisos IV e V, do artigo 5º, não puderam merecer acolhimento, por não apresentarem condições de plena e tranqüila exequibilidade, pois, além de não constituírem competência própria de órgão colegiado, não ensejam ordenamento claro e preciso para utilização na esfera do Poder Público.

O artigo 6º, incluindo seu *caput*, incisos, alíneas e parágrafos, foram vetados por serem de difícil exequibilidade, não só pela forma como estão redigidos, como também porque criam sistemática incompatível com o tratamento a ser desenvolvido na execução de matéria de tal natureza.

O veto aposto ao parágrafo único, do artigo 8º, deve-se ao fato de que o mesmo cria procedimentos burocráticos, tidos como desnecessários, em face de previsão, no artigo 5º, inciso VI, de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 404/2000, encontra-se publicado no DA nº 190/2000, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 03/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 404/2000, de autoria dos deputados Geraldo Cartário e Luiz Carlos Martins, que cria o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária - Funcor.

Chama esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Anibelli**)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quarenta e seis senhores deputados votaram.

Convido os senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano e Augustinho Zucchi para que façam a contagem dos votos.

46 (quarenta e seis) deputados votaram: 05 (cinco) votos **brancos**; 14 (quatorze) votos **não**; 27 (vinte e sete), votos **sim**.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 13, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 046, 059 e 080/2001.

Levanta-se a Sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2001

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelhere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi;

PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (53). O senhor deputado Hermas Brandão assumiu provisoriamente o governo do Estado, no período entre os dias 13 a 18 de novembro, em face do afastamento do senhor governador e da senhor vice-governadora do Estado.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 050/2001

Curitiba, 08 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de crédito especial no valor de R\$820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e do Turismo - SEIT, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, para atender despesas com a implantação de Estações Náuticas no Estado, conforme o projeto Caminhos do Mar, a ser desenvolvido pela SEIT.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$820.000,00 (oitocentos e vinte mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Orçamentária de 2001, de acordo com os Anexos V e VI desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMEN- TAÇÃO DE DESPESA							FL.01 R\$1,00
ANEXO I							
COD.	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DES- PESA	FONTE	GR.FONTE	LD R	VALOR	N. DO PROC.COP.
6100	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Tu- rismo						
6102	Diretoria Geral						
1106	Ações Coordenadas de Turismo	4490.51	00	01	L	820.000	1195
TOTAL						820.000	

CANCELAMENTO DE DESPESA							FL.01 R\$1,00
ANEXO II							
COD.	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR.FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC.COP.
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos						
6902	Diretoria Geral						
2152	Execução das Ações do Paraná Ambiental - SEMA	4490.51	25	01	L	820.000	1194
TOTAL						820.000	

ACRESCIMO DE DESPESA CENTRALIZADA						FL.02 R\$1,00
ANEXO III						
COD.	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR.FONTE	VALOR	PROCESSO	
1113.02.12	Imposto s/oper. Relat. a Circ. Merc. e s/prest. de Serv. de Trans.interest. e Intermun. e Comunic. - Parcela Estad- ual	00	01	820.000	1194	
TOTAL				820.000		

REDUÇÃO DE DESPESA CENTRALIZADA						FL.02 R\$1,00
ANEXO IV						
COD.	Especificação	FONTE	GR.FONTE	VALOR	PROCESSO	
2211.01.00	VENDA DE AÇÕES DA COPEL	25	01	820.000	1194	
TOTAL				820.000		

SUPLEMENTAÇÃO DE OBRAS		ANEXO V				FL.03 R\$1,00
COD.	Especificação	FONTE	GR.FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
6100	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo					
6102	Diretoria Geral					
1106	Ações Coordenadas de Turismo					
910	Macrorregião I					
0001	Efetuar Obras de Melhoria e Recuperação de Área, Rampa e Trapiche para Estação Náutica	00	01	L	350.000	1195
0002	Efetuar Obras de Construção da Área, Rampa e Trapiche de Estação Náutica	00	01	L	470.000	1195
TOTAL		TES.		L	820.000	

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO VI				FL.03 R\$1,00
COD.	Especificação	FONTE	GR.FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO
6900	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos					
6902	Diretoria Geral					
2152	Execução das Ações do Paraná Ambiental - SEMA					
950	Estado					
0001	Dotar de Infra-estrutura a Rota natural ao Litoral do Paraná - Caminhos do Mar	25	01	L	531.500	1194
0002	Implantar o Sistema de Transporte Hovercraft - Barcos de velocidade e segurança	25	01	L	288.500	1194
TOTAL		TES.		L	820.000	

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº CTL/SEEG/382/2001, do senhor governador do Estado, comunicando seu afastamento do País, com destino aos Estados Unidos, entre os dias 13 e 18 do corrente mês, cuja viagem será feita em razão de motivos particulares. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3834

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do item 14, Projeto de Lei nº113/01, da presente Sessão Ordinária, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3835

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 490/2001 de sua autoria, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir a “Triagem Auditiva Neonatal” - Teste da Orelha, em todas as maternidades da rede pública do Estado do Paraná, por ser objeto da Lei nº 13.272, de 22 de agosto de 2001.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3807

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o soberano Plenário que seja marcada a Sessão Plenária do dia 14 de novembro para período matutino.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 3838

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vêm REQUERER, após ouvido o duto Plenário, e tendo em vista as diversas reuniões das Comissões Permanentes e Temporárias, inclusive as da Comissão de Orçamento cujo prazo para apresentação de emendas expira em 23 de novembro de 2001, a suspensão da Sessão Ordinária do dia 14 de novembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(aa) WALDYR PUGLIESI

DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3842

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei nº 118/2001 aprovado em 2ª discussão, o qual não sofreu emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3845

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, dispensa dos trabalhos desta Casa de Leis, nos dias 20 e 21 de novembro por motivos de viagem a Brasília, ocasião em que irá tratar de assuntos da área de saúde do município de Maringá, junto ao ministro José Serra.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3809

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Miguel Losso, por insuficiência respiratória, em Guarapuava, no dia 12 de novembro.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) PASTOR EDSON PRAZCYK

REQUERIMENTO Nº 3826

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Osni Antonio Bermudes, ocorrido no dia 08 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3829

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Salem Abdul Rawman Salem, ocorrido na madrugada de segunda-feira, dia 12 de novembro do ano em curso, em Loanda-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Com garra e coragem, em 1961, chegou a Loanda, com seu único irmão, o senhor Rach Rach Salem, e fixou-se nesse município como comerciante, proprietário da loja de tecidos Casa Americana, proprietário também da Concessionária Volkswagen e atualmente com comércio de móveis e eletroeletrônicos A Sofá Lar.

Sempre presente no desenvolvimento de Loanda, fez-se respeitado e admirado pelo espírito empreendedor, participando do progresso da cidade que o acolheu, pois apesar de sua origem libanesa onde nasceu em 15/05/34, sempre participou da vida social e política, sendo muito popular entre os loandenses.

REQUERIMENTO Nº 3832

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do ex-prefeito municipal de Rio Azul, Ansenor Valentin Girardi, ocorrido dia 11 de novembro de 2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 72 anos de idade faleceu dia 11.11.2001, o ex-prefeito de Rio Azul, senhor Ansenor Valentin Girardi que era viúvo de Dona Luíza.

Deixou 5 filhos e 11 netos.

Ansenor Valentin Girardi era pessoa muito estimada na região de Rio Azul onde foi prefeito municipal por duas vezes, de 1981 a 1986 e de 1992 a 1996.

O ex-prefeito Ansenor deixou uma página escrita na história do município de Rio Azul, pelo muito que realizou em favor da população, sempre com honestidade, lealdade, dedicação e espírito de luta, combatendo o bom

combate pela justiça e pela democracia, nunca medindo sacrifícios em favor do bem comum.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

O passamento de Valentin Girardi veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

Sua família, a família que adora, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Ansenor se foi, num adeus eterno tentou vencer a luta para ser um vencedor sobre a morte, e, assim alcançar o prêmio da vida eterna.

O céu será grande e a paz sobre Ansenor Valentin Girardi e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Girardi endereçado a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3815

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações aos funcionários da Creche Municipal Carolina Barella, na pessoa da diretora Mireille Scheffer, por ter se classificado entre as 10 melhores do País, no prêmio instituído pelo MEC "Qualidade na Educação Infantil - 2001".

O referido prêmio tem como finalidade valorizar os projetos feitos com crianças de zero a seis anos em nível nacional.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3816

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações a Mariely Bernard, pela conquista do título Miss São Miguel do Iguaçu e pela brilhante participação no concurso de Miss Paraná, realizado no dia 10 de novembro de 2001 em Cascavel, a qual representou pela primeira vez na história daquele município, a beleza da mulher sãomiguelense.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3817

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual Mário Braga, pela inauguração de sua sala de leitura.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Mário Braga, localizado no Bairro São Cristóvão, Município de Piraquara (RMC) inaugurou uma sala de leitura no último dia 26 de outubro.

Numa iniciativa dos professores de Português da Escola, foi utilizada uma sala que encontrava-se ociosa para criar um espaço que estimulasse os alunos a adquirir e desenvolver o gosto pela leitura. Ali, além de livros, os alunos poderão dispor de TV e vídeo, jornais, revistas, além de haver um espaço para exposição de trabalhos dos próprios alunos da Escola.

O espaço conta com armários que estão recheados de obras, todas doadas, almofadas pelo chão, sofás - que permitem aos estudantes ficar à vontade para a leitura. Ali, os professores levam os alunos periodicamente para esta atividade e, aos poucos, as próprias crianças vão se encaminhando sozinhas para o local.

Parabéns aos professores pela brilhante iniciativa - aos Colégios Estadual Mário Braga (Rua Reinaldo Meira, 1150 - São Cristóvão - 83305-100 - Cta-PR), pela inauguração da sala de leitura, através do diretor Nelson Fáveri, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3819

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Unipaz - Universidade Internacional da Paz, pela inauguração de sua sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em meio aos acontecimentos que colocam em risco a tranquilidade mundial, Curitiba passa a contar com o trabalho de uma instituição preocupada em disseminar uma cultura de paz. A Universidade da Paz, que já iniciou algumas atividades na Capital e foi recentemente inaugurada.

Com uma proposta inovadora, a finalidade essencial da Unipaz é contribuir para despertar uma nova consciência visando a criação e a disseminação de uma cultura de paz e não violência em nosso meio, objetivo que atende integralmente ao programa da ONU para a Paz.

A Unipaz já existe há 15 anos e atua em cinco Países, além de 10 Estados brasileiros.

Pela fundação da Unipaz, receba a sua diretoria (Rua da Glória, 343 - Centro Cívico-Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3821

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações ao município de Palmital, pela passagem do aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Palmital tem em seu povo um grande aliado. É um dos mais pujantes municípios do Centro-Oeste do Paraná. Tem uma população esforçada e trabalhadora, destacando-se na pecuária e agricultura.

A grande extensão, a excelente produção agrícola e pecuária e o interesse dos moradores que formaram, entre os pioneiros, todo o processo social e político da emancipação de Palmital, merecem a homenagem proposta, para a qual contamos com o apoio dos ilustres pares e sua participação pelo voto unânime ao pedido.

REQUERIMENTO Nº 3822

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à nadadora paranaense Dailza Damas, alusivos às suas vitórias e conquistas na área da natação mundial.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Dailza Damas tem elevado o nome do Paraná, através de suas várias conquistas na área da natação mundial, tendo atravessado por exemplo o Estreito de Gibraltar, o Canal da Mancha, o Lago Titicaca, e contornado a Ilha de Manhattan.

REQUERIMENTO Nº 3823

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao alpinista paranaense Waldemar Niclevicz, alusivos às suas vitórias e conquistas na área do alpinismo mundial.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Waldemar Niclevicz tem elevado o nome do Paraná, através de suas várias conquistas na área do alpi-

nismo mundial, tendo escalado por exemplo o Monte Everest em 1995, o K2 e o Trango Tower ambos em 2000.

REQUERIMENTO Nº 3824

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao doutor Riccardo Fontana, pelo lançamento do livro: O Paraíso Terrestre de Américo Vespúcio, que acontece hoje 12/11/2001, na Sociedade Garibaldi.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao doutor Ricardo, através de correspondência a ser encaminhada ao centro Cultural Italo-Brasileiro Comitato "Dante Aligheri", a Rua Desembargador Westphalen, nº 09 - 15º andar - CEP: 80010-010 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3825

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Paranaense de Supermercados, alusivos ao Dia do Supermercado comemorado ontem, 12 de novembro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Pedro Joanir Zonta, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Senador Souza Naves, nº 535 - Cristo Rei - CEP: 80050-040 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3827

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela passagem dos 40 anos da Casa da Lavoura de Ivaiporã, a ser comemorada no dia 18 de novembro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Eduardo Proença, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Diva Proença, 1245, CEP: 86870-000 - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3828

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela eleição do juiz Lau-

remi Camaroski, como presidente do Tribunal Regional do Trabalho, ocorrida ontem, 12 de novembro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao referido juiz Lauremi, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Vicente Machado, 147 - CEP: 80420-010 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3830

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, votos de congratulações pelo transcurso do aniversário de emancipação política do município de Planalto, em 11 de novembro; Realeza, em 12 de novembro; Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, em 14 de novembro, dando-se ciência deste requerimento aos prefeitos municipais e as Câmaras de Vereadores dos respectivos referidos municípios.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Situados no Sudoeste do Estado, os municípios que comemoram neste mês de novembro seus aniversários de emancipação política, vêm se desenvolvendo de forma expressiva, através do trabalho conjunto do Executivo, Legislativo e suas respectivas comunidades.

Na qualidade de representante da região, unimo-nos às festividades de comemoração, para congratularmo-nos com os prefeitos, Câmaras Municipais e população em geral dos municípios aniversariantes, na certeza de que, com o trabalho de todos, o desenvolvimento da região será cada vez maior.

REQUERIMENTO Nº 3839

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao senhor Hermes Otávio Custódio da Fonseca, pela inauguração do Supermercado Bife Center que ocorrerá no dia 06 de dezembro de 2001, na cidade de Ivaiporã.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Hermes através de correspondência a ser encaminhada à Rua Diva Proença, 1275 - CEP: 86870-000 - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3840

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor Antonio Manoel Marques Ferreira, pela inauguração das novas instalações da Azambuja Materiais de Construção, ocorrida no dia 06 do corrente mês, na cidade de Ivaiporã.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu proprietário senhor Antonio, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Mal. Cordeiro de Farias, 21 - CEP 86870-000 - Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3818

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa desta Casa a inserção, na ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com a União da Polícia Civil do Paraná, pelo transcurso dos 40 anos de sua fundação.

Em 3 de novembro de 1961, era fundada a entidade representativa da Polícia Civil do Paraná, sob a denominação de "União da Polícia Civil do Paraná", com o objetivo de unir os policiais integrantes da instituição. O que tem sido feito no decorrer desses 40 anos. Hoje, sob a presidência do policial Wilson Villa, a entidade presta a seus associados excelente trabalho social que vai desde o apoio jurídico, distribuição de medicamentos, auxílios financeiros, ao convívio, de lazer e esportivo em sua sede, integrando policiais aposentados e da ativa com a sociedade paranaense.

Comemorando a data, diversas solenidades foram realizadas com grande sucesso, provando que a União vem alcançando seu objetivo principal, que é o de unir a Polícia Civil do Paraná.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à União da Polícia Civil do Paraná, na pessoa do seu presidente Wilson Villa (Rua Monsenhor Celso, 256) ao senhor delegado geral da Polícia Civil Dr. Leonil Ribeiro e ao senhor secretário da Segurança Pública, Dr. José Tavares.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 3820

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa desta Casa, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com a Polícia Civil do Paraná, pela realização, nesta Capital, do "V Encontro de Integração das Polícias Cíveis do Brasil".

O encontro, que ocorreu no dia 3 do corrente nas dependências da ASPP, reuniu policiais de diversos Estados, visando a integração das Polícias Cíveis do Brasil através de debates, troca de experiências e momentos de descontração através de disputas esportivas.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à Associação dos Escrivães de Polícia do Estado do Paraná - entidade responsável pela organização do evento - na pessoa de seu presidente Wilmar Brasil e vice, Antonio Carvalho, ao senhor delegado geral da Polícia Civil, Dr. Leonil Ribeiro e ao senhor secretário da Segurança Pública, Dr. José Tavares.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 3831

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, providências ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão, para que sejam retirados da Ordem do Dia, da presente Sessão, os Projetos de Lei nºs 344/2001, 409/2001 e 494/2001, todos de autoria do Poder Executivo, tendo em vista que os mesmos estão tramitando na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para análise e parecer.

Justifica-se tal solicitação para que a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações possa emitir parecer sobre os referidos projetos, conforme dispõe o parágrafo 6º, do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Registre-se ainda, que a reunião da referida comissão ocorrerá na próxima quarta-feira, 14 de novembro de 2001, às 13h30min, na sala das comissões, dependendo tão somente de quórum para deliberação dos projetos em tela, que inclusive já contam com pareceres dos relatores.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N 36/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criada, com respaldo nos artigos 36, § 4º e 122, § 2º, III, do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada por 11 (onze) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por mais a metade deste prazo.

Parágrafo Único - A comissão a que se refere o *caput* deste artigo terá a finalidade de apurar os fatos relacionados às seguintes questões:

I - os componentes de formação dos preços do leite e seus derivados, desde a produção à comercialização no varejo;

II - os componentes de formação dos preços das carnes bovina, suína e de frangos, assim como de seus subprodutos, abrangendo todas as etapas, desde a produção à comercialização no varejo;

III - os componentes de formação dos preços dos hortifrutigranjeiros e do café, desde a produção à comercialização no varejo.

IV - indícios de cartelização na formação dos preços, nos setores indicados nos itens anteriores.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Divanir Braz Palma, Luciana Rafagnin e Algaci Tulio.

JUSTIFICATIVA:

Os consumidores paranaenses vêm reclamando, de longa data e com justa razão, dos elevados preços, a nível de varejo, do leite, dos hortifrutigranjeiros, das carnes (bovinos, suínas, frango e derivados presuntos, mortadelas, linguiças, bacon, empanados, cortes especiais e outros).

Destes, o maior número de reclamações refere-se ao leite (necessidade diária para crianças) e seus derivados, tais como: manteiga, queijos, iogurtes, etc.

Além dos produtos essenciais à saúde, denominados de proteínas nobres (carnes, leite e derivados), os consumidores não conseguem entender por que pagar tão caro pelo café. O Brasil, apesar de ser o primeiro produtor mundial, tem o menor preço pago ao produtor, nos últimos 30 anos. No entanto, os preços praticados pelos supermercados não diminuíram; pelo contrário, vêm aumentando sistematicamente.

Dentre os consumidores, obviamente existem produtores de leite, carnes, café e hortifrutigranjeiros que ficam revoltados quando vão fazer compras no setor varejista e mesmo nos atacadistas. Observam, em vários produtos, a grande diferença de preços existentes entre a zona de produção até o consumidor.

Este complicado e misterioso processo para formação de preços, após a saída dos produtos do setor primário, é suficiente para justificar a constituição de uma CPI para averiguação de tais fatos.

A Comissão ora proposta deverá investigar, também, a hipótese de cartelização por parte das indústrias, supermercados, por consubstanciar prática, além de ilegal, perniciosa à economia do Estado e à comunidade.

O pressuposto da admissibilidade do processo investigatório, pela Assembléia Legislativa Estadual, encontra precedentes na própria Casa, e, também, em outros Estados, como Santa Catarina, Minas Gerais,

Goiás e Rio Grande do Sul, que instalaram CPI's para investigar a situação do leite e seus derivados. Aliás, por oportuno, anexamos ao presente, análise realizada em 05.11.2001, pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura (DERAL), que muito bem elucida os fatos acima narrados.

Em razão destes precedentes, assinalamos o pressuposto de que se poderá aproveitar determinadas linhas e diretrizes do processo investigatório, levado a efeito pelos parlamentares destes Estados, oportunizando-se que sejam atingidos os esforços da CPI ora em processo de constituição.

Finalizando, expressamos o convencimento de que é essencial que o Poder Legislativo investigue e conheça importantes segmentos da atividade econômica, mormente o Paraná, Estado que tem expressivo contingente de produtores que retiram sua subsistência da produção e da industrialização desses produtos, essenciais à saúde humana.

Estes os motivos que nos levam a apresentar o presente projeto de resolução, para o qual solicitamos a indispensável aprovação dos nobres pares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 593/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica Novo Horizonte, no Rio Capivari, bacia hidrográfica Atlântico, trecho sudeste, sub-bacia 81, entre os municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul.

Art. 2º - A construção da PCH - Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo 1º, desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

As PCHs, Pequenas Centrais Hidrelétricas, são uma alternativa viável para o aumento de geração de energia, procurando estabelecer diversas unidades de geração de pequena capacidade, que no montante, em muito poderão colaborar com o desenvolvimento e evolução do setor energético no Paraná.

Este momento de dificuldades por que passa a Nação brasileira com pouco e baixos acúmulos nos reservatórios hídricos, as PCHs, representam uma solução inteligente e eficaz, com vistas à racionalização no setor energético, em especial do nosso Estado do Paraná.

A Pequena Central Hidrelétrica de Novo Horizonte, tenciona ser construída no Rio Capivari, na bacia hidrográfica Atlântico, no trecho sudeste, sub-bacia 81, entre os municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul, com projeto da Agropastoril Novo Horizonte S/A. estudo este que mereceu a análise da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e dos demais órgãos fiscalizadores do setor.

Após a devida comprovação da legalidade e regularidade, conclamo aos nobres pares desta Casa de Lei, a apoiarem a presente iniciativa legislativa, por se tratar de matéria de relevante interesse público, autorização que propiciará a construção de uma importante obra que sem dúvidas beneficiará as populações dos municípios circunvizinhos.

PROJETO DE LEI Nº 594/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pedrinho I com eixo de barragem localizado no Rio Pedrinho, município de Boa Ventura do São Roque-PR.

Art. 2º - A construção da PCH - Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo 1º, desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A anuência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constitui-se ato de extrema importância para a implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Pedrinho I, observando o que dispõe o artigo 209 da Constituição Estadual que determina que qualquer empreendimento para a geração de energia a ser instalado no estado do Paraná deverá, antes da sua instalação, obter aprovação desta Casa de Leis.

Cabe salientar que a empresa investidora Brascan Energética S/A, pessoa jurídica de direito privado, endereço na Rua Padre Anchieta, nº 2.285, 8º andar, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tem cumprido rigorosamente com os ditames legais visando à construção desta Pequena Central Hidrelétrica (PCH) que terá potência instalada de 16,2 (dezesseis inteiros e dois décimos) megawatts, no município de Boa Ventura do São Roque.

Sobre o aspecto ambiental, constata-se que a Brascan Energética S/A já supriu todas as exigências do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, já tendo realizado todos

os estudos ambientais pertinentes, inclusive obtendo tanto a licença prévia como a licença de instalação, demonstrando uma forte preocupação com a preservação do meio ambiente.

A empresa também demonstrou que já obteve, previamente, a aprovação da ANEEL para a implantação do empreendimento, através da Resolução nº 39, publicada na data de 10 de março de 1999, que coroou, com sucesso, o adequado e bem elaborado Projeto Básico para o empreendimento.

Os estudos mais recentes sobre a necessidade de expansão do parque gerador de energia no Brasil indicam que a taxa de crescimento da economia é um multiplicador de desenvolvimento, que acarreta fatalmente um maior consumo de energia elétrica, de tal sorte que cada 1% (um por cento) de taxa de crescimento da economia representa um crescimento na ordem de 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) do consumo de energia elétrica.

Um fator evidente disso é o atual descasamento entre a capacidade de geração e o consumo efetivo e potencial, que gerou a necessidade de que, inicialmente, as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudoeste e, posteriormente, a região Norte, assumissem o ônus de um racionamento de energia sob a égide, de possíveis cortes programados no seu fornecimento.

Nesse sentido, é função deste Casa Legislativa apoiar e promover o desenvolvimento econômico do Estado que, antes de tudo, passa pela criação de um ambiente com infra-estrutura condizente com este crescimento, entre elas a geração de energia elétrica, portanto há motivos plenamente justos e perfeitos para que este projeto receba todo o apoio por parte dos nobres pares, objetivando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 595/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a proceder à atualização da pauta fiscal, sobre produtos de origem animal e vegetal, estipulada pela Secretaria de Estado da Fazenda como base para cobrança do ICMS, de acordo com as informações fornecidas pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - Departamento de Economia Rural - DERAL.

Parágrafo Único - A atualização a que se refere este artigo será feita semanal ou quinzenalmente, conforme a variação do preço dos produtos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Governo do Estado do Paraná a atualizar, semanal ou quinzenal-

mente, a pauta fiscal, aplicada na cobrança do ICMS, de acordo com os valores informados pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - Departamento de Economia Rural.

A pauta é um instrumento de política fiscal largamente utilizado pelas diversas Secretarias Estaduais da Fazenda no País, inclusive a nossa Secretaria da Fazenda, com o objetivo de sinalizar para o universo de contribuintes cujo setor é disciplinado por este mecanismo, preço referencial que servirá de base de cálculo do ICMS, na ausência do valor comercial do bem ou produto que esteja sob consideração.

A pauta fiscal de alguns itens como algodão, arroz, milho, soja, feijão, café, trigo, boi, frango e suínos é atualizada diariamente pela Secretaria da Agricultura - DERAL, sendo que outros itens como hortaliças, frutas, mandioca, fuma, cana-de-açúcar, casulo do bicho-da-seda, leite, outros grãos, além dos acima citados, são atualizados quinzenalmente.

Conforme publicado na Folha do Paraná de 06 de novembro próximo passado, nosso Estado recebe com defasagem o ICMS do boi, sendo que o mercado paga R\$47,00 pela arroba do boi e a pauta fiscal, naquela data, ainda estava em R\$37,25.

O Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do Paraná - Sindicarne, aponta que o Paraná perde mensalmente cerca de R\$160 mil na cobrança do ICMS.

Com esta desatualização, alguns segmentos estão tendo prejuízos incalculáveis, uma vez que outros Estados vêm ao Paraná, compram o boi em pé pagando ICMS com valores de uma pauta fiscal desatualizada e após retornam com a carne fazendo com que paguemos ICMS maior.

Portanto, como os nobres pares poderão observar, se nos reportamos somente ao caso levantado pelo Sindicarne, nosso prejuízo já é bastante considerável e certamente em outros segmentos também está havendo esta controvérsia.

Há de se considerar ainda que além de perdas financeiros, o mercado, em seus vários segmentos, deixa de gerar empregos dentro de nosso Estado.

Desta forma, pedimos o apoio na aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 596/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao Banco Itaú S/A as contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamentos SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro Geral do Estado/conta receita/conta única, conta dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação das entida-

des dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público.

Art. 2º - Esta lei entrará e vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao Banco Itaú S/A as contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamentos SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira e conta do Tesouro do Estado/conta receita/conta única, contas dos fundos e programas, contas dos depósitos e movimentação das entidades dos fundos estaduais e pagamentos do funcionalismo público.

Há de se considerar que o usuário do sistema bancário deve ter a condição de optar em qual banco deseja efetuar seus pagamentos e receber seu salário o que atualmente não está sendo viável.

Desta forma, sugerimos que o Poder Executivo forneça opções aos contribuintes e funcionalismo público para que possam fazer uso de outras instituições bancárias, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, além do Banco Itaú S/A para o que contamos com a aprovação dos nobres pares à presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 597/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro no município de Flórida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, do município de Flórida, tem por objetivo desenvolver ações que concorram para atendimento da criança, dentro de um conceito familiar nas cinco áreas que interferirão diretamente no seu crescimento e desenvolvimento (educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais).

Presta ainda outros e relevantes serviços, a entidade ora em questão, devendo portanto, o projeto de lei, ser aprovado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 598/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O peso máximo total do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau em mochilas, pastas e similares não poderá ultrapassar:

I - 5% do peso da criança do pré-escolar;

II - 10% do peso do aluno do 1º grau.

Art. 2º - Caberá à escola, através de seus coordenadores, a definição do material escolar a ser transportado diariamente.

Art. 3º - O material que exceder o peso máximo permitido deverá ficar guardado em armários fechados individuais ou coletivos.

§ 1º - No caso dos armários coletivos será designado pela escola um responsável pela abertura do mesmo no início das aulas, e seu fechamento ao final das mesmas.

§ 2º - Não poderá ser feito nenhum tipo de cobrança pela guarda do material.

Art. 4º - O desrespeito ao limite de peso previsto nesta lei, implicará na atribuição das seguintes penalidades à escola transgressora;

I - advertência;

II - multa de 40 (quarenta) UFIR's por aluno com excesso de material escolar.

Parágrafo Único - No caso dos estabelecimentos públicos de ensino, a multa poderá ser substituída por punição ao coordenador responsável e à direção da escola nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Paraná.

Art. 5º - É obrigatória a afixação das normas contidas nesta lei, em local visível aos alunos, pais e docentes.

Art. 6º - A execução da presente lei fica a cargo da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de proteger o aluno, do Pré-Escolar e 1º Grau da Rede Escolar Pública e Privada do nosso Estado, de futuros problemas de saúde, particularmente doença relativa à coluna vertebral dos nossos escolares.

Todos nós sabemos que o estudante carrega em sua mochila, material escolar com peso muito acima da sua possibilidade física.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição em tela, que procura determinar o peso máximo que cada aluno poderá carregar, sem prejuízo à sua saúde.

PROJETO DE LEI Nº 599/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o dia 25 de julho do calendário gregoriano como o “Dia Estadual da Cultura e da Paz” e por esta lei é adotada como seu símbolo a “Bandeira da Paz”.

Art. 2º - No dia 25 de julho de cada ano, em todo o Estado do Paraná, haverá a realização de atividades artísticas, científicas, culturais e religiosas, com uma grande confraternização.

Art. 3º - As repartições públicas, escolas estaduais, municipais ou particulares, museus, bibliotecas, prédios, repartições, instituições educacionais, científicas, culturais ou artísticas, hastearão a Bandeira da Paz, adotada neste ano, a qual permanecerá hasteada por todo o dia.

§ 1º - Os municípios e os órgãos públicos a que se referem o artigo anterior, homenagearão os cidadãos ou entidades que tenham desenvolvido algum ato ou trabalho expressivo em favor da promoção da paz e da cultura.

Art. 4º - A Bandeira da Paz, que medirá oitenta e cinco (0,85) centímetros de altura por um metro e quarenta (1,40) centímetros de comprimento, confeccionada em pano branco, terá ao centro um círculo cor vermelho-púrpura cujo aro medirá dez (0,10) centímetros de largura e terá sessenta (0,60) centímetros de diâmetro, a iniciar a parte externa, tendo dentro dele, no centro, sobre o fundo branco, três esferas também cor vermelho-púrpura, colocadas em triângulo ascendente, cada uma delas com raio de doze (0,12) centímetros de diâmetro.

Parágrafo Único - A presente bandeira é semelhante à bandeira da paz, que se tornou mundialmente conhecida pelo pacto de Nicholas K. Koerich.

Art. 5º - Para dar cumprimento ao que trata o artigo 2º e fiscalizar a aplicação desta lei, no que dispõe sobre as cerimônias comemorativas do Dia Estadual da Cultura e da Paz, o Governo do Estado e os governos municipais, nomearão comissões conforme o previsto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 1º - A Comissão Estadual será constituída por decreto do chefe do Poder Executivo, sendo formada pelo Governador do Estado ou representante por ele designado, pelo presidente do Poder Judiciário ou representante por ele designado; pelo presidente do Poder Legislativo ou representante por ele designado; um oficial da Polícia Militar do Paraná e um delegado da Polícia

Civil, indicados pelo Secretário de Estado da Segurança Pública; pelo Secretário de Estado da Educação ou representante por ele designado; e, pelo Secretário de Estado da Cultura ou representante por ele designado.

§ 2º - Nos municípios o prefeito municipal constituirá por decreto a Comissão Municipal que será formada, pelo prefeito municipal; pelo presidente da Câmara Municipal de Vereadores, pelo Juiz de direito da Comarca, diretor do Fórum; pelo comandante da unidade local da Polícia Militar e pelo Secretário Municipal de Educação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Os temas Cultura e Paz, estão intimamente ligados e correlacionados. Pela cultura chegamos à paz. A cultura desenvolve o ser humano no seu todo e promove a paz.

Precisamos, hoje e sempre, trabalhar pela cultura e pela paz. Desde os tempos imemoriais os guerreiros têm levado bandeiras à guerra, como símbolos de seus greis, de suas crenças e de suas pátrias.

Esta bandeira proposta, no presente projeto de lei, é uma bandeira de cultura e de paz.

Ela deverá definir a cultura como o cultivo do potencial criativo do homem.

Sem cultura não há verdade, unidade e paz. Sem paz não há progresso.

A cultura é o único instrumento para a paz permanente. Com ela busca-se o caminho da construção pacífica.

Os valores culturais são os maiores tesouros do povo.

Cultura é o símbolo da criatividade e só a criatividade pacífica gera o progresso.

Cultura é reverência da luz.

A cultura é o amor da humanidade, a cultura é a fragrância, a unidade da vida, a beleza.

A cultura é a síntese do crescimento e a realização dos sentidos, a cultura é a armação da luz, a cultura é a força motivadora, a cultura é o coração criativo.

Se reunirmos todas as definições de cultura, chegaremos à beatitude ativa, ao altar do esclarecimento e à beleza construtiva. A condenação, o desespero, a aniquilação, a melancolia, a desintegração e todas as características da ignorância não são adequadas à cultura.

A idéia de defender a paz, a mais bela manifestação da cultura, e as criações do gênio humano, é nobre e essencial. Exige esforço de cada um de nós, hoje, amanhã e sempre. Devemos praticar ações que possibilitem a sua realização, conscientizando-nos da importância da cultura e da paz que são expressões sinônimas, daí a instituição do dia 25 de julho, como o Dia Estadual da Cultura e da Paz, como símbolo maiúsculo dessa idéia.

O dia 25 de julho é o escolhido, por não ser uma data política ou religiosa. É o dia ideal, pois nesse mesmo dia, se comemora o dia universal da tolerância, do amor e do perdão, tríade sobre a qual se sustentam todos e quaisquer projetos de cultura e de paz.

PROJETO DE LEI Nº 600/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, proceder ajustes no Anexo de Obras e nos Grupos de Fontes, decorrentes de alterações nas emendas constantes do Anexo VI da Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, desde que solicitadas pelo autor da emenda alterada, utilizando recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias integrantes da lei retro mencionada.

Parágrafo Único - As alterações procedidas com base nesta lei, não serão computadas nos limites estabelecidos no artigo 9º da Lei Estadual 13.030, de 28 de dezembro de 2000.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Miltinho Pupio, Nelson Tureck, Edno Guimarães e Nelson Garcia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, concedendo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Conforme anunciamos na Sessão da última quarta-feira, que nós participamos, na última quinta-feira nos deslocamos até Brasília para participarmos de uma reunião dos Legislativos Estaduais, reunião essa inicialmente de diretoria e posteriormente de trabalho com o presidente do Senado Federal, e nessa reunião fomos representando esta Casa, a pedido do presidente Hermas Brandão, para discutirmos uma proposta de emenda à Constituição Federal que possa, ao ser aprovada e promulgada, estabelecer um espaço maior, uma condição mais ampla para que nós legisladores estaduais possamos desempenhar a nossa tarefa como legisladores.

É comum, e nesta Casa muitas vezes já ouvimos de parte dos senhores deputados, a manifestação de parlamentares em todo território brasileiro também, que a atividade legislativa, não só do vereador, não só do deputado federal, mais especialmente do deputado estadual, ficou um pouco prejudicada em função da promul-

gação de 88, que estabeleceu uma série de prerrogativas à Câmara Federal, que estabeleceu uma série de prerrogativas ao Senado e que considerou, também, o município como um ente autônomo da Federação, e conseqüentemente deu ao Poder Legislativo Municipal muito mais autonomia, muito mais espaço para legislar, ficando, de certa forma, os deputados estaduais um tanto espremidos neste contexto de legislar, a ponto de nós, deputados estaduais não termos praticamente nenhum espaço para legislarmos as questões ligadas ao ambiente e, evidentemente, não se pode admitir que o Congresso Nacional ao votar uma lei que tem que ser nacional, vote uma lei que estabeleça critérios para a área de trânsito aqui de Curitiba e, por exemplo, lá para o município de Lábrea, no AM, onde 90% do transporte é feito por avião ou por barco, utilizando-se os rios e os igarapés daquela região.

Então, é essa luta para ampliar a capacidade e o poder de legislar dos deputados estaduais, é uma luta que a Unale vem defendendo há bastante tempo, dentro desta proposta de estabelecer o verdadeiro, um correto pacto federativo onde Estado, município e União possam conviver harmonicamente, cada um desempenhando as suas atribuições e cada um, evidentemente desenvolvendo a sua atividade mais de forma apropriada, sem que tenhamos que assistir no dia-a-dia essa concentração de poder de legislar na mão do Congresso Nacional. Esta condição de centralizar a gerência da arrecadação, da distribuição dos recursos por parte do governo da União. Uma luta que começou há muito tempo. Dela temos participado há três anos. Primeiro como diretor regional; depois como ex-presidente da Unale para levar para frente essa proposta de aumentar as prerrogativas, a condição e a capacidade de trabalho dos parlamentares estaduais.

Ontem, vindo de Florianópolis, sintonizei na CBN e escutava um rapaz de nome Mafra falando da ética na política, falando do trabalho que desenvolvem ou deixam de desenvolver os vereadores de Curitiba. Mencionava que os vereadores estão apenas concedendo nome à rua, aprovação de honrarias ou homenagem a essa ou aquela pessoa e nada de mais importante se discute no Legislativo Municipal. Talvez seja a mesma visão que se tenha do Poder Legislativo Estadual.

Se formos olhar a Ordem do Dia, mais projetos ligados a utilidade pública, honraria, destinação de imóvel. Até pela dificuldade que temos para trabalhar em cima de propostas mais polêmicas. Não é por falta de propostas é por falta desta capacidade de legislar, pois muitas vezes interfere no princípio constitucional, competência da União, competência do município, é iniciativa do governador e os deputados ficam cerceados entre o que pode o governo federal e o Congresso Nacional e entre o que podem os governos municipais e os vereadores.

É necessário que estejamos atentos, porque na semana que vem apresentaremos uma proposta de projeto de resolução, onde a Assembléia Legislativa do Paraná deverá se manifestar favorável à propositura desta

emenda que aumenta as prerrogativas e a capacidade de legislar, porque a Constituição estabelece que, pelo menos 50% das Assembleias Legislativas reunidas, poderão propor ao Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição. Somos em 27 Casas, 15 Assembleias propondo, evidentemente, deverá tramitar.

Já estivemos com o presidente do Senado, com o presidente da Câmara Federal e acredito que esta proposta haverá de tramitar em caráter de urgência. E no ano que vem teremos notícias melhores acerca do potencial e da condição de legislar dos parlamentares estaduais, que é uma reivindicação, não só desta Casa, mas de outros 1.058 espalhados pelo Brasil inteiro.

Como também anunciei na última quarta-feira, fomos ontem a Florianópolis. Fomos acompanhados pela assessora do Bloco Parlamentar Agropecuário, doutora Jane Setenarisk, pelo servidor público estadual da Emater, ex-presidente da Cativa, Osmar Businhame. Fomos para participar de uma reunião com membros da Comissão Parlamentar do Leite de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Não tivemos a presença de representantes lá do Estado de Goiás, que cancelaram a sua participação e também não tivemos a presença dos representantes de São Paulo, mas, estava o deputado Luiz Fernando Farias, de Minas Gerais, os deputados Covatti, Ervino, Cherine e Postal, do Rio Grande do Sul, e também, presentes à reunião os deputados Sorgato, Francisco de Assis, Afonso Espaniol e Moacir Sopença, de Santa Catarina. Além da participação do deputado Milton Sander, lá do Estado de Santa Catarina e da participação do deputado Odacir Zonta, que é secretário de Estado da Agricultura de Santa Catarina.

O objetivo daquela reunião, como já havíamos anunciado aqui, era trocarmos experiências, trocarmos informações, acerca do funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que está em um estágio mais avançado é a de Minas Gerais. E não podia ser diferente, Minas Gerais tinha que sair na frente, porque Minas é o maior produtor de leite deste País. Não de hoje, mas de já há muito tempo responde hoje por cerca de 30% da produção de leite do País: qualquer coisa ao redor de seis a sete bilhões de litros de leite são produzidos anualmente lá pelo Estado de Minas Gerais.

A CPI deles foi instalada no mês de Agosto, já tiveram doze reuniões; já ouviram segmentos da produção leiteira daquele Estado, as Confederações, as Universidades, a Embrapa. Estão com apoio do Ministério Público, do Procon. Já ouviram as indústrias, as cooperativas e também estão ouvindo os fornecedores de insumos, principalmente o fornecedor Tetrapak, que fornece a caixa e a embalagem para o leite longa vida.

O que pudemos observar, senhores deputados, é de que a situação de Minas Gerais, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, não difere da situação do Paraná.

Aqui no Paraná, estamos assistindo à prática de um preço do leite ao produtor muito injusto, porque o produtor, salvo raríssimas exceções, não consegue receber mais que R\$0,25 centavos pelo litro de leite que entrega para a indústria, para o laticínio, para a cooperativa, que vai beneficiar esse produto.

Há alguns que estão recebendo até R\$0,34 centavos, em função do volume, da qualidade, das facilidades, da sua organização. Mas, existem produtores que estão recebendo R\$0,15 centavos pelo litro de leite entregue ao laticínio, à cooperativa, à indústria.

Hoje mesmo, durante o almoço, quando conversava com o deputado Divanir Braz Palma, ele me disse que entrega a produção da sua propriedade rural, o litro de leite a R\$0,19 centavos para o laticínio que recolhe a produção.

Então, é uma situação muito delicada, porque essa produção de leite, depois de industrializada, pasteurizada e sofrer todo o processo de homogenização, de padronização (no caso do longa vida, de ter os procedimentos adotados) ela vai à comercialização pela indústria e depois vai o comércio a varejo, no supermercado, e esse comércio no varejo apresenta, aí sim, distorções terríveis.

O leite que o produtor vendeu a R\$0,15 centavos, você vai num supermercado e não consegue esse leite, salvo em algumas promoções de final de feira, esse leite longa vida você vai comprar por R\$1,29, R\$1,25, R\$1,15, e salvo em raríssimas ocasiões, você compra ele por R\$0,75, R\$0,80.

Mas, compra por quê? Porque certamente, é um produto que está já com seu prazo de validade por se inspirar ou porque o mercado, naquele momento, pretende fazer uma promoção e através do leite ele faz um chamariz, torna aquilo um atrativo para que as pessoas compareçam ao supermercado, e depois estando lá dentro, com aquele visual muito bem preparado, a pessoa compra um pente de cabelo, uma graxa para o sapato, compra uma bolacha, compra alguma coisa, compra mais um pacote daquilo, e naquilo que se compra, tira-se a vantagem que deixou de se ter no leite.

Então, é uma situação muito delicada, realmente, essa que está se processando.

Só para se ter uma idéia, aqui no Paraná, um levantamento feito pelo Deral aqui no Paraná, no mês de outubro, o produtor recebeu pelo quilo de queijo tipo prato, como é chamado, R\$2,40; então, o produtor vende por R\$2,40, a indústria por R\$3,43 e o supermercado vende por R\$7,87, esse mesmo quilo.

Se pegarmos de uma compra de R\$100,00 lá no supermercado, o produtor fica com R\$30,05 o Industrial fica com R\$13,08 e o atacadista, o varejista com R\$56,00.

Então, vejam a distorção que está acontecendo!

E outro grande problema que Minas Gerais trouxe para nós, foi aquela história que já foi debatida aqui na Assembleia, e que diz respeito àquilo que se desconta dos fornecedores, as grandes redes de supermercados. Minas

Gerais trouxe para nós uma lista, solicitações do varejo 1 e solicitações do varejo 2. Chega a 27 os itens que eles normalmente descontam de quem fornece o produto.

Um absurdo aquilo que está acontecendo.

Então, lá em Minas Gerais, não só lá, mas em todos os lugares, é necessário, senhor presidente, que levemos adiante essa proposta de instalarmos aqui no Paraná, a CPI, que não é a CPI do Leite, a CPI dos Alimentos, como poderíamos chamar, aonde vamos investigar essa formação de cartel, na formação dos preços do leite.

Da carne é a mesma coisa, pega o produto carne, a nível de varejo, pega os embutidos, pega todos os produtos lácteos para ver. Dei um exemplo aqui na semana passada, do café. Aqueles que são da região Norte sabem, hoje o produtor vende o quilo do café ao redor de R\$1,30. Vá ao supermercado para ver quanto paga o quilo do café! Na faixa de R\$5,00, R\$5,50, R\$6,00 e até mais, dependendo da marca e do tipo de café que é oferecido.

Quer dizer, um produto que saiu a R\$1,30 lá da lavoura, chega para o consumidor em um preço absurdo.

O que está acontecendo? O produtor está sendo penalizado por um preço muito baixo. E o consumidor está sendo penalizado porque tem que pagar um preço que não precisava pagar.

Concedo um aparte, inicialmente, ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Orlando Pessuti, gostaria de me somar ao seu pronunciamento e dizer que até os números que V. Exa. nos traz, acredito que são extremamente benevolentes para principalmente o setor de supermercados.

Nós tivemos na última quinta-feira, uma reunião em Laranjeiras do Sul, com os municípios que integram a Cantuquiriguaçu (?) e lá estive conosco o Secretário da Agricultura, Antonio Poloni, e um dos assuntos que foi debatido, foi exatamente a questão da cadeia produtiva do leite. Até fizemos uma cobrança ao Governo do Estado, e essa cobrança foi dirigida ao secretário Poloni, porque existia um compromisso por parte do Governo do Estado de lançar um programa para a região central e Centro-Oeste do Paraná, da mesma forma como foi lançado um programa para o Norte do Estado, como o café adensado, programa do algodão e a nossa região carecia de um programa específico de incentivo ao pequeno produtor rural.

Falávamos da necessidade desse programa, e logicamente que entramos também na questão da comercialização do leite. E todos os prefeitos que lá estavam, a imprensa, parabenizaram essa iniciativa de V. Exa, e junto com diversos outros deputados, para que nós apresentássemos. Naquela ocasião, nós falamos na CPI do Leite, mas acho que V. Exa. complementa bem, deveria ser a CPI dos Alimentos, porque as distorções ocorrem não somente na cadeia produtiva do leite, mas também na cadeia produtiva da carne e de diversos outros alimentos.

Nós tivemos, aqui, na Assembléia Legislativa, a CPI dos Supermercados que, infelizmente, teve um final trágico, que todos nós conhecemos, onde o presidente da Comissão encerrou a CPI, não acatou o relatório feito pelo relator, enfim, ficamos em um buraco negro, mas nós estávamos chegando em um ponto fundamental, na CPI dos Supermercados, que era exatamente o abuso feito pelos supermercados principalmente para quem trabalha no setor primário.

Todas as promoções feitas nos supermercados normalmente sobrecaem para o pequeno produtor rural, é no hortifrutigranjeiro, é no leite, como V. Exa. falava, é no queijo, e os números que nos passaram agora e que constatamos naquela ocasião é que desde o início da cadeia, na produção do leite, onde se pagava vinte centavos o litro para o produtor; quanto se pagava no queijo, V. Exa falava em dois reais e um centavo, existiam alguns supermercados que chegavam a vender por sete vezes mais do que era pago ao pequeno produtor rural!

Então, acho que é extremamente importante que a Assembléia Legislativa cumpra com o seu papel na defesa do pequeno produtor rural e esse momento é extremamente propício. Acredito que essa CPI, senhor presidente, terá o apoio dos cinquenta e quatro deputados; não terá apoio apenas dos deputados da Oposição, mas, sim, de todos os deputados desta Casa. A sociedade Paranaense espera de nós uma atitude rígida como está sendo feito em Minas Gerais, está sendo feito no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e acredito que se nós agirmos rápido vamos conseguir, pelo menos, dar um novo alento a esse setor tão importante para a economia paranaense que é o setor da cadeia produtiva, não só do leite, mas de todo o setor alimentício.

Parabéns, e conte, logicamente, com o nosso apoio e eu inclusive fiquei, deputado Pessuti, de passar mais informações aos prefeitos da região, que se prontificaram a somar conosco passando informações, inclusive usando a estrutura das prefeituras nas informações que forem possíveis nos seus municípios.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte de V. Exa, e, de imediato, concedo aparte à deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin

Quero parabenizá-lo também, deputado, pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo no Bloco Agropecuário e dizer que, mais do que nunca, nós devemos estudar a Portaria nº 56, na qual V. Exa. também participou do Seminário promovido pela Frente Sul e que foi bastante debatido justamente porque atinge em torno de 90, 95% dos pequenos produtores, ou seja, agricultores, chamados da agricultura familiar, e que, de certa forma, essa Portaria vem prejudicar em muito os nossos agricultores, porque existe uma dificuldade de eles se encaixarem, se enquadrarem nas normas que essa Portaria exige, principalmente naquilo que pede na questão do resfria-

dor, também na questão da ordenhadeira, sabendo que hoje os nossos agricultores, a maioria deles que nós temos hoje, trabalham com a produção de cinquenta litros de leite por dia. E isso então, essa medida, essa Portaria nº 56, vai prejudicar e vai fazer com que muitos desses agricultores abandonem o trabalho da produção de leite, sendo que essa é uma das alternativas de sobrevivência da pequena propriedade.

Também uma preocupação grande, deputado, e que nessa semana ficamos sabendo que na região Oeste, inclusive pegando uma parte da região Sudoeste, uma empresa se instalou, um pequeno laticínio, e comprou leite de vários produtores e isso foi na questão da região Oeste, parece-me que é grande a produção de leite que essa empresa comprou e também parte da região Sudoeste, e não pagou aos agricultores. Então, além do preço do leite estar super baixo, os agricultores vêm recebendo, inclusive na minha região, até em torno de R\$0,17 o litro de leite, e além do preço ser baixo, ainda muitos nem esses dezessete centavos vão receber, porque foram procurar a empresa depois de dois, três meses sem receber. Entregaram o leite e não receberam o valor do leite entregue.

Foram procurar a empresa e a empresa havia fechado, sumiu da região.

Então, isso também nos preocupa, não é a primeira vez que ocorre isso. É uma preocupação muito grande que nós temos com os nossos agricultores, que geralmente ficam praticamente abandonados na questão dos incentivos. E quando aparecem alternativas em que eles pensam que vão ganhar um pouco mais pela sua produção, acontece um calote como esse, atingindo as regiões Oeste e Sudoeste.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputada Luciana, na sequência eu vou conceder ao deputado Eli Ghellere, e depois ao deputado Basílio Zanusso, que também solicita.

Eu queria apenas fazer alguns comentários. A questão deputada, da Portaria 56, que está para ser editada pelo Ministério da Agricultura, porque ela ainda não foi evidentemente editada, eu entendo o seguinte, e digo isso até como filho de produtor, como médico veterinário que sou, e não poderia pensar de forma diferente daquela que vou lhe dizer e aos demais companheiros: a Portaria 56 tem que ser melhor discutida, por todos nós, isso é verdade e foi decidido ontem nesse fórum por membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Leite. Retirou-se do documento que foi extraído ontem de Florianópolis a decisão de recomendar ao ministério que aguarde mais algum tempo para a edição da nossa Portaria, porque, a bem da verdade, nós temos que fazer alguma coisa para proteger os nossos agricultores familiares que produzem até 50 litros de leite por dia, ou eu iria até mais, aqueles que produzem até 100 litros de leite, de repente até 200 litros de leite.

Nós temos que encontrar um mecanismo de proteção, de auxílio, de participação nas nossas iniciativas de parlamentares dos municípios, das secretarias e do governo que fizemos em outras oportunidades: não apoiar essas pessoas na atividade de produção de leite, da pequena produção de leite, é estimular que essas pessoas abandonem a atividade, que deixem a produção rural e que venham inchar as periferias das grandes cidades, causando muito mais problemas e causando muito mais despesa ao erário público do que se a eles fosse destinado um crédito subsidiado ou um equipamento na forma até de uma doação.

Agora, é necessário que façamos alguma coisa, a Portaria 56 nesse aspecto é importante, no sentido de melhorarmos cada vez mais a qualidade do nosso leite, melhorarmos a padronização do nosso leite, melhorarmos a higiene do nosso leite, porque aqueles que já puderam frequentar uma plataforma de recepção de leite num laticínio, numa cooperativa, e que verificam ali como esse leite é recebido, aqueles que puderam algum dia observar a máquina que faz a padronização do leite, a homogeneização do leite, porque são leites de diferentes qualidades, e você verificar o que é retirado, aquela borra, porque, infelizmente, é verdade, tem que ser dito, o leite tem pús, porque nem todas as vacas estão plenamente sadias; têm a mastite. A extração do leite muitas vezes provoca o rompimento de vasos sanguíneos, rompe alvéolos, tem células epiteliais que vão junto com esse leite, além da falta, muitas vezes, de higiene e sanidade que ocorre.

Então, a questão da qualidade, da higiene, tem que se buscar.

Ao buscarmos a qualidade, não podemos matar o nosso produtor, não podemos. Então, temos que casar as duas coisas e foi por isso que nós decidimos ontem em Florianópolis, que vamos lutar no sentido de cada vez mais fortalecer a qualidade do nosso produto “leite” como nós estamos fazendo com a carne, combatendo na suinocultura a peste suína na avicultura a *new castle*, na bovinocultura a tuberculose, a brucelose, a aftosa, para podermos vender o nosso produto lá fora, porque os lá de fora, por exemplo, os japoneses querem comprar leite do nosso País, mas eles só comprem a partir do momento que tiver o controle de células somáticas.

O que são células somáticas? Células somáticas aparecem no leite frente a um processo de infecção. Quer dizer, quanto maior o número de células somáticas, mais contaminado estará aquele leite, fruto de uma infecção que esta vaca teve na úbere. Então, tem padrões.

Enquanto aqui nós estamos na Portaria 56 permitindo até 800 mil células somáticas, lá na França eles não permitem mais que 350 mil.

Então, temos que melhorar o nosso rebanho do ponto de vista de sanidade, a questão hormonal, a questão do antibiótico, do carrapaticida, do vermífugo, quer dizer, tudo isto tem que ser cuidado. Mas concordo plenamente com a deputada Luciana, porque sou filho de agricultor, sei como é a atividade na pequena propriedade rural,

sabemos que as coisas têm que vir de forma a resolver o problema e não criar dois ou três problemas a mais.

O Sr. Eli Ghellere

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Quero parabenizá-lo, deputado Orlando Pessuti, pela riqueza de conteúdo em seu pronunciamento e também a Luciana Rafagnin, deputado Cezar Silvestri, e quero me somar a esta luta que não é só dos pecuaristas de leite, mas é uma luta de toda a população do Paraná, porque sou de um município do interior onde tem uma bacia leiteira muito grande, no Oeste do Paraná, município de São Miguel do Iguaçu, e os demais municípios da Região Oeste também têm uma produção de leite muito grande. E, visitando as exposições-feiras, procuro visitar os stands, conversar com todas as atividades, e eles me colocavam da preocupação que existe de que os agricultores realmente, os pecuaristas vêm fazendo um investimento muito grande, eles estão se adequando ao que o mercado exige, a qualidade do leite, só que eles não estão tendo a contrapartida.

Nós temos uma diferença muito grande do preço do leite pago no supermercado, está em torno de um real, talvez um pouco mais e o preço do leite recebido do produtor que gira em torno de 17, 20, 24 centavos.

Então, temos um papel importante aqui na Assembleia, de fazermos pelo menos diminuir essa diferença e que não seja usada pelas redes de supermercados, não seja usada essa bandeira para que aumente no preço final. O que queremos realmente é que o produtor possa investir em qualidade, mas também tenha a remuneração necessária, porque eu falava no início do meu aparte - e já estou quase encerrando - falava que isto aí reflete em toda a sociedade, porque sabemos que o dinheiro do leite é o dinheiro que a mãe normalmente paga a escola do filho, compra o material escolar, paga a luz e até o telefone da casa. Então, é um dinheiro que cem por cento circula no comércio.

A preocupação é muito interessante e temos que nos somar ao seu pronunciamento, assinamos juntos o pedido da CPI para investigarmos o que ocorre no setor leiteiro e tem todo o apoio deste deputado e tenho certeza, dos demais deputados desta Casa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Eli Ghellere, V. Exa. como homem do interior igualmente a nós e à maioria daqui, sabe que nos municípios de pequeno porte lá do interior, tem três momentos em que as cidades se agitam, três momentos; no dia em que a prefeitura paga o salário dos funcionários, no dia que os aposentados recebem o seu pagamento e no dia que o laticínio, a cooperativa paga o leite para os produtores rurais. São os três momentos em que há uma arrecadação mais expressiva nos municípios do interior.

O Sr. Basílio Zanusso

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Pessuti, meu aparte ao discurso de V. Exa. é mais para parabenizá-lo por mais este trabalho relevante, que V. Exa. vai além das nossas divisas para falar com os catarinenses, gaúchos e nossos colegas de outros Estados, na busca da solução de um problema que vem de longos anos. Sempre falamos que o leite é um preço vil para quem produz, que ele é um preço muito alto porque não pode faltar à mesa do mais humilde, do mais pobre brasileiro ou mesmo o mais aquinhoado e também reclamamos muitas vezes do intermediário, da empresa, do distribuidor.

Conheço bem próximo lá na nossa região, uma empresa que movimenta milhares de litros e que transforma milhares de litros de leite, como longa vida, e, queijo ou subprodutos e que está passando atualmente grandes dificuldades para honrar os seus compromissos, inclusive com os impostos dessa empresa que é grande, que dá emprego direto para muita gente e que compra, recebe leite de mais de mil e quinhentos produtores. Portanto, estamos imaginando aqui as dificuldades que se apresentam, para resolver um problema dessa natureza.

A minha palavra aqui é mais para cumprimentá-lo. V. Exa. é muito brilhante, como o foi como presidente da nossa Unale, falando pelos deputados do Brasil todo, procurando valorizar o trabalho do parlamentar estadual. E V. Exa. o fez muito bem, com toda competência. Ainda hoje voltou a falar das prerrogativas do Legislativo Estadual. V. Exa. deixou de ser presidente da Unale, mas continua prestando a sua competência e experiência acumuladas ao longo dos anos.

Portanto, venho parabenizá-lo por esta luta, que se iniciará agora, sob a sua liderança que também é nosso presidente do Bloco Agropecuário e que tantos trabalhos tem feito, em favor do Paraná e mais esse agora. Meus cumprimentos!

Eu o felicito e fico feliz, em vê-lo com essa disposição de tanto trabalho, diuturnamente.

Concedo um aparte ao deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Talvez eu seja suspeito de falar de V. Exa., neste Parlamento. Estou há dezesseis anos, nesta Casa. Durante esses dezesseis anos e mais quatro, de vereador - são vinte anos de vida pública, no meu Estado - conheci V. Exa. sempre debatendo o problema da agropecuária, no Paraná.

Lembro-me quando eu era criança. Meu pai tinha um sítio chamado Porta do Céu, em Guararapes, no Estado de São Paulo. Meu velho, querido e saudoso, ia de Jeep e trazia o leite - não sei se V. Exa. também é desse tempo - e colocava nas portas dos demais sítios. Sempre sobrava para mim, na cidade, porque a minha mãe colocava naquela sacola, com os litros de leite. Mas sobrava

para Hermano Henning, que foi da Rede Globo e, hoje, está no SBT. Fomos criados juntos. Então, ia eu e o Hermano, pegávamos duas ruas, levando aquele peso enorme, com os litros de leite e tínhamos que entregá-los, porque se não entregássemos, não recebíamos, naquela época, um real ou dois réis, para ir ao matiné, assistir um seriado do Zorro, etc, se não cumpríssemos a nossa plataforma...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Do Rim-tim-tim também.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Também.

Fico feliz, Deputado Pessuti, de tê-lo como amigo, neste Parlamento. V. Exa. que conhece a minha vida profundamente, a minha família, os meus dramas e as minhas comédias.

Quero parabenizá-lo - quando vejo que V. Exa. manda um documento à minha mesa, convidando-me para acompanhá-lo a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul, a São Paulo, ao Mercosul e Argentina e fico lendo, sabendo, mesmo que eu não possa sair do meu Estado, tenho certeza que V. Exa. representa o Parlamento do meu Paraná com muita dignidade, ao discutir o problema, não só do leite, mas discutir o problema da pecuária, da agricultura, porque V. Exa. saiu de lá com o calcanhar rachado e veio para a vida pública, com o aprendizado e o know-how feito, por entender as raízes da nossa terra. Saber o que é a carpa do café, a banha do algodão, saber que aonde entra o pé do boi, às vezes sai o pé do homem que incha, torna-se a criação de favelas e mais favelas em todos os recantos das grandes metrópoles brasileiras.

Quero dizer a V. Exa. ao encerrar, que prestei atenção e parabenizo o deputado Basílio, que falou que V. Exa. com muita dignidade, quando sai do nosso Estado leva junto um Parlamento sério, um Parlamento idôneo, e nos seus debates, nos seus encontros, não só na Unale, V. Exa. que divulgou a união dos legisladores do Paraná e transformou a união dos legisladores do Paraná em algo concreto, forte, de responsabilidade e de credibilidade. Fora disso, V. Exa. como parlamentar, como homem que se dedica a esta terra, seja ela branca, seja ela vermelha, mas que produz; o dia que deixar de produzir como viverá esta selva de pedra, que são as cidades do Paraná?

Parabenizo V. Exa. que mais uma vez me cativou nesta tarde ao ouvir o seu pronunciamento em defesa da agricultura não só do Paraná, mas do Brasil.

Oxalá, o presidente da República abrisse a cabeça e convidasse V. Exa. para ser o ministro da Agricultura do meu País. Mudaria muito a Nação brasileira.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado, deputado Alborghetti.

Vossa Excelência que é o nosso amigo como disse V. Exa. há mais de 20 anos, e que em nome das causas do

Norte do Paraná muitas vezes já estivemos juntos assim como do Brasil.

Senhor presidente, concluo o meu pronunciamento agradecendo já de antemão a sua benevolência, dizendo aos parlamentares que ainda não assinaram a proposta de projeto de resolução para instituímos esta CPI dos alimentos, para verificarmos as questões do leite, da carne, dos hortifrutigranjeiros que nós estaremos à disposição para recepcionar as assinaturas, porque no dia de hoje nós vamos protocolar junto à Mesa para que se tramite este projeto, e ao final dizer também que além dessas questões todas já tratadas de preço, de sanidade, Portaria 56, importação, exportação, dumping e coisa mais, nós temos um outro assunto a ser resolvido: nesta questão do leite esta proposta foi deixada por nós ontem lá, é a questão tributária.

Recentemente esta Casa aprovou um projeto de autoria do deputado Valdir Rossoni; nós tivemos todo o acompanhamento, porque este projeto, aprovado, vem corrigir uma série de injustiças que existem na política tributária em relação ao leite e seus derivados.

Só para que os colegas possam tomar conhecimento, hoje o mercado de leite na cidade do Rio de Janeiro é dominada pela LG do Rio Grande do Sul, a LG domina hoje 51% da comercialização de leite e derivados do Rio Grande do Sul, e consegue dominar hoje o mercado do Rio de Janeiro. Por quê? Porque lá se retirou toda a carga tributária e hoje o leite do Rio Grande do Sul, da LG é colocada um preço menor do que o leite envazado, leite produzido do Estado do Rio de Janeiro, por uma questão tributária, e nós temos que adotar a mesma prática, nós temos que buscar eliminar toda a carga tributária, porque se os presentes aqui não sabem, o Paraná tem que resolver a situação de 2 milhões de litros de leite por dia, que é a sobra que nós temos de produção no Estado do Paraná. Que beleza, que maravilha! Somos o Estado que produz para atender ao seu consumo interno e sobram 2 milhões de litros de leite por dia, e por isso nós não podemos brincar de comercializar leite e para isso temos que adotar algumas práticas, inclusive a de fazermos os ajustes tributários necessários para que possamos colocar a produção do Paraná, em São Paulo, em Santa Catarina, no Rio de Janeiro, para que possamos colocá-la no Nordeste ou para que possamos colocá-la em países como Equador, Venezuela, ou como os países africanos, que estão à procura do leite brasileiro. E certamente procurarão o leite paranaense, porque é, sem sombra de dúvida, um dos que é produzido com melhor qualidade.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado pela atenção e pela paciência que teve para com o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de anunciar a presença do vereador José Busato da cidade de Ângulo, que está aqui nos prestigiando com sua presença.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados.

O Paraná vive hoje em dia, além do sol radioso, que Deus através da natureza proporciona ao nosso Brasil, ao nosso Estado, vive realmente um espírito novo na política do Paraná. A maioria desta Casa como a maioria do Paraná, representando principalmente a vontade da população, lá esteve presente no novo Palácio Iguaçu.

Bastou o homem se ausentar e o nosso presidente Hermas Brandão assumir o maior cargo deste Estado, e lá está um oxigênio novo no Palácio Iguaçu. A alegria voltando, a porta aberta. Aquela clausura que existia, que sempre existiu, lá não se encontra mais. E parece que dedetizaram o Palácio Iguaçu.

Lá estivemos e aquelas pessoas que realmente fazem com que o Paraná e que o Palácio Iguaçu sejam transformados num balcão de negócios, lá não se encontram. Quem é que está lá? O povo presente! Foram sindicalistas, foram homens ligados à religião, foram os senhores deputados, foi o povo do Paraná lá cumprimentar o governador, que realmente tem cheiro de povo, que não é almofadinha de armário, que não é amostra grátis de homem público, mas que é na excelência uma pessoa talhada para aquela função e que ali se encontra investido no cargo de governador.

Quero cumprimentar a vida política do Hermas Brandão, a sua trajetória como, aqui, naquela formatura em que aqui estiveram alunos formando o Parlamentar do Futuro, na Presidência da Casa disse: “Olhem, eu fui engraxate, tive dificuldades na minha infância, venci” E nunca imaginei, como vocês crianças que aqui se encontram, que um dia eu chegaria a ser deputado. Cheguei a ser prefeito da minha cidade e a deputado. E cheguei no cargo maior deste Parlamento, que é o de Presidente da Assembléia do Estado”. E agora quando ele soma na sua vida pública o cargo maior de governador, o orgulho não é dele e nem da família dele, é de todos nós que pertencemos à classe política.

Parabéns, Hermas Brandão, que você não fique esses próximos dias, mas fique todos os dias para dar esse ar de pureza dentro do Palácio Iguaçu.

E nesta Casa quando sai o Hermas e, aqui, encontramos o nosso companheiro Elio Rusch, com o mesmo discernimento, com a mesma propositura de diálogo com todos os parlamentares, seja da Situação ou da Oposição, indistintamente o Elio Rusch tem se pautado para dar a continuidade desse bom trabalho, e a quem nós cumprimentamos também na investidura como presidente deste Parlamento, que passa a fazer história nesta Casa, para as gerações futuras saberem avaliar os homens que por aqui passam.

Cumprimento o Hermas Brandão e V. Exa., Elio Rusch. E quisera nós que tivéssemos na mão a vontade do povo do Paraná, que vai ter em 2002, nas eleições, de ter um governador que tenha cheiro de povo e faça com que esses almofadinhas se mudem do Paraná. Com a graça de Deus se mudem até do Brasil!

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Obrigado, deputado Zuk.

Não havendo mais oradores inscritos no Horário da Liderança.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3831, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nºs 344/2001, 409/2001 e 494/2001, todos de autoria do Poder Executivo, tendo em vista que os mesmos estão tramitando na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações para análise e parecer. **Não recebido pela Mesa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, ficam impedidos os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de emitir Ordem de Serviço para iniciar novas obras, antes do término das que estão em execução, e antes de que os municípios tenham recebido as verbas dos convênios firmados anteriormente. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. PARECER CONTRÁRIO DA COPTC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - IDAEC, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação e Clube de Mães Maria de Nazaré, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Arlindo Mosé Cavalc. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 596/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma delegacia da Mulher, no município de Colombo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2000, de autoria do deputado Miltinho Pupio, fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Lunardelli o imóvel que especifica. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que orienta a implantação

de pólos industriais e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda: Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Diagnóstico para Doenças Crônico-Degenerativas, no município de Maringá-Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/2001, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 127/2001, que altera o Anexo II da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997- Quadro de Servidores do Poder Judiciário. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Queria comunicar à Casa a presença do Sidney de Souza, meu ex-companheiro, grande vereador da Cidade de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Seja bem-vindo.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/2001, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 128/2001, que autoriza o Poder Judiciário do Estado do Paraná a destinar recursos à Escola de Magistratura do Estado do Paraná, a qual é administrada, por delegação, pela Associação dos Magistrados do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda: Aprovada.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a incluir a disciplina de legislação do trânsito no currículo escolar da oitava série do primeiro grau, da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. LUIZ CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Da mesma forma que o deputado Moysés, quero agradecer e registrar a presença do vereador Sidney de Souza, do seu assessor, o Claudemir e do micro-empresário de Londrina, o senhor Jorge.

Sejam bem-vindos. Esta Casa os recebe com muito carinho.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sejam bem-vindos. Está devidamente registrado.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 073/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a elaboração de cadastro destinado a estudos de prevenção do câncer de mama no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 082/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que trata da preferência aos idosos nos processos administrativos dos Poderes do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 113/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que incorpora ao currículo da Rede Estadual de Ensino de 1º Grau, a área de conhecimento "Cidade-Cidadania". PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CECE.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 113/2001.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2001, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita ao município de Curitiba, imóvel conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente, nós protocolamos hoje, um requerimento solicitando que os itens 15, 16 e 17 sejam registrados da Ordem do Dia, em função de que nós estamos na Comissão de Obras e temos uma reunião da Comissão para marcar amanhã. E aí, logicamente, não há como.

Nós pedimos, ontem, inclusive, justificando que um deles, este projeto do item 15, se encontra aguardando informação da Secretaria do Estado da Administração, Departamento de Patrimônio, e na verdade o que estamos fazendo aqui, é votar um projeto de autoria do Executivo, em regime de urgência, sim, mas que na verdade não está recebendo o Parecer da Comissão de Obras e Transporte, exatamente porque o Governo não informa um item mínimo, básico, que nós encaminhamos. Portanto, esta Casa não pode depor contra si própria, votando, mesmo em regime de urgência, um projeto que

está aí no aguardo, para que uma informação mínima e básica seja colocada a esta Casa, mais especificamente à Comissão de Obras, esclarecendo a finalidade deste imóvel.

Até o presente momento não recebemos nenhuma informação. Tivemos diversas ligações feitas ao Departamento de Patrimônio e esta Casa foi tratada de forma desrespeitosa, na medida em que nem sequer uma informação por telefone foi fornecida. Então, eu quero crer que os deputados não irão, de forma nenhuma, aceitar tal desrespeito. Não se trata de ir contra ou a favor do projeto.

Quero crer que este terreno, este imóvel que está sendo ocupado pelo FAS há muito tempo, agora, de repente vem um projeto do Governo do Estado, pedindo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorize o Governo do Estado a ceder de forma gratuita um imóvel, mais depois de muito tempo, vários anos de uso vem, aqui, em regime de urgência e eu quero discutir o que significa, efetivamente, posto em regime de urgência.

Significa uma urgência de fato ou uma vontade de não querer responder a um ofício básico, mínimo que existe, encaminhado, e ao desrespeito que se comete com esta Casa.

Portanto, nós estamos votando aqui hoje, em 2ª discussão, votando exatamente o mérito da questão.

Tivemos ontem a votação do aspecto de constitucionalidade, que evidentemente não há o que discutir.

O Governo pode e deve e tem direito constitucional de fazer esse encaminhamento. Agora, quanto ao mérito, eu particularmente, não me sinto em condições de votar e quero crer que os senhores deputados também não têm como votar, porque não há informação de mérito, não há informação nenhuma. Portanto, aqui nós não podemos, neste momento, aceitar este projeto para votar em 2ª discussão, da forma como está sendo empurrado.

Pedi, através de requerimento, que fosse deixado para amanhã, para que nós pudéssemos votá-lo com o parecer e com a informação do Departamento de Patrimônio da Secretaria do Estado.

Era isso. Pedimos que o requerimento de votação de transferência, ou por deliberação da própria Mesa para evitar o constrangimento, o desrespeito a esta Casa, que seja adiada a votação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Edson Strapasson, a Mesa deixa de receber o requerimento com base no artigo 159 que o projeto está em regime de urgência, portanto, infelizmente nós não podemos mais retirar projeto que está tramitando em regime de urgência.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, somente para registrar a presença do vereador Eduardo Melo, de Umuarama. satisfação muito grande de recebê-lo nesta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, na condição de presidente da Comissão de Meio Ambiente, eu gostaria de comunicar aos membros da Comissão que quinta e sexta-feira, nós vamos percorrer alguns municípios do Paraná. Vamos começar por Inácio Martins, onde há uma denúncia de desmatamento e vamos conhecer a atuação de algumas madeireiras do Estado,. De forma que, se alguém que pertença à Comissão e queira nos acompanhar, na quinta e sexta-feira nós estaremos percorrendo o interior do Estado, principalmente Inácio Martins, onde há denúncia que o Governo do Estado lá teria vendido uma área.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está em votação o projeto 344. **Aprovado.**

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Este projeto tem uma emenda protocolada.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Existe uma emenda modificativa para o projeto 344/2001, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, com apoio dos deputados Edno Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Ademar Bier e Antonio Anibelli, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 344/2001**

Modifique-se o artigo 1º do Projeto de Lei nº 344/2001, de autoria do Poder Executivo Estadual, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, a título de Contrato de Comodato, ao município de Curitiba, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, subdividido denominado de Lote "A", situado à Rua Eduardo Sprada, nº 3.887, na sede daquele município, com área de terras de 35.531,00m², contendo edificações de aproximadamente 8.042,32m², conforme registro de Transcrição de nº 51.177, livro nº 3 - AV de Transcrição das Transmissões, do Registro de Imóveis de 6ª Circunscrição da Comarca da Capital.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoio:

Edno Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier e Antonio Anibelli.

O SR. DURVAL AMARAL

Não sei onde consiste o problema, mas o projeto já foi votado. Portanto, em 2ª já está eliminado, não cabendo mais emenda.

O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)

Entendemos que procede a questão da apresentação da emenda do deputado Edson Strapasson. O que importa é o respeito pela própria Comissão, por-

que não passou por lá. É importante que a Mesa receba essa emenda que faz parte da Comissão de Obras desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Mesa aceita a emenda e dá prazo de 48 horas como determina o Regimento Interno, para que a Comissão dê o parecer. E na segunda-feira, eles seguirão na Ordem do Dia com ou sem parecer.

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/2001, que autoriza o Poder Executivo a transformar o Departamento Estadual e Administração de Material - DEAM e o Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, em entidades da estrutura da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 409/2001**

Modifique-se o artigo 2º do Projeto de Lei nº 409/2001, de autoria do Poder Executivo Estadual, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a proceder ajustes administrativos que se fizerem necessários em decorrência do disposto nesta lei, com o escopo de reduzir custos operacionais do órgão.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoio:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Orlando Pesuti e Ademir Bier.

Retorna na segunda-feira na Ordem do Dia.

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/2001. A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, fica autorizada a desapropriar a área descrita do Decreto nº 4.842, de 30 de setembro de 1998, de propriedade da Emater - Paraná, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 494/2001

Acrescente-se ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 494/2001, de autoria do Poder Executivo Estadual, o Parágrafo Único, com a seguinte redação:

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da desapropriação de que trata esta lei, correrão por conta do orçamento próprio da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti e Ademir Bier.

Quarenta e oito horas de prazo também.

Retorna segunda-feira na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nºs 3712, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3757, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com apoioamento do deputado Ademir Bier, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3775, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, e demais deputados, constantes do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelos autores.**

Requerimento nº 3783, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3807, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, com apoioamento dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin e Pastor Edson Strapasson, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3809, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3815, 3816 e 3842 de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3817 a 3820, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3821, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3822 a 3828, 3839 e 3840 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3829, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3830, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3832, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3835 e 3845, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3838, de autoria dos senhores deputados Waldyr Pugliesi e Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Com base no requerimento aprovado, não terá Sessão Ordinária amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 285//2000; 039 e 073/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 220, 398, 450, 457, 496, 500, 555 e 564/2001.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 13 da Lei 13030 de 28 de dezembro de 2000.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 039/2001 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13030 de 28 de dezembro 2000 nas rubricas abaixo

REDUÇÃO DE DESPESAS:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900400	2000	000	1.0776.000,00
31901600	2000	000	300.000,00
Total			1.376.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901100	2000	000	1.000.000,00
33903300	2000	000	76.000,00
31900300	9000	000	300.000,00
Total			1.376.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 01.11.2001.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

VALDIR ROSSONI

Primeiro Secretário

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 294/2001 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 26/2001. Relator - deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 206/99 de autoria do deputado Pérciles Mello. Relator - deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 389/2000 de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti. Relator - deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 199/2001 de autoria do deputado Ricardo Chab. Relator - deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Vistas ao deputado José Maria Ferreira. 05) Projeto de Lei nº 06/99 de autoria do deputado Sérgio Spada. Relator - deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 099/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator - deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 228/2001 de autoria do deputado Renato Gaúcho. Relator - deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projetos de Lei nºs 318/2001 e 334/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Relator - deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 099/2000 de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator - deputado Algaci Tulio. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 242/2000 de autoria do deputado Pastor Edson

Praczyk. Relator - deputado Algaci Tulio. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 506/99 de autoria do deputado Tony Garcia. Relator - deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 217/2001 de autoria do deputado Waldyr Pugliesi. Relator - deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 323/2001 de autoria do deputado Caíto Quintana. Relator - deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 331/2001 de autoria do deputado Serafina Carrilho. Relator - deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 290/2001 de autoria do deputado Custódio da Silva. Relator - deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei nº 297/99 de autoria do deputado Irineu Colombo. Relator - deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, e por mim, Solange Mann, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente

Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 377/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente

Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes presidida pelo senhor deputado Ângelo Vanhoni. Havendo número legal, o senhor presidente deu início aos trabalhos passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei

nº 74/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Relator deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 564/2001, de autoria dos deputados Hermas Brandão. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 220/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Relator deputado Duílio

Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual, para constar a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Solange Mann, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) ÂNGELO VANHONI - Presidente
Solange Mann - Secretária